



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ata da reunião interna extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2026 da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração e investigação dos fatos envolvendo a cobrança, atualização e gestão do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no Município de Mogi Mirim.

Ao dia vinte e nove do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 10h40 min, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, logradouro à Rua Dr. José Alves, 129, Centro – Mogi Mirim/SP.

Presidiu a reunião o vereador Wagner Ricardo Pereira, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração e investigação dos fatos envolvendo a cobrança, atualização e gestão do IPTU (Imposto Predial e Território Urbano) no Município de Mogi Mirim.

Estiveram presentes os vereadores Cinoê Duzo, Ernani Luiz Donatti Gragnanello, Marcio Evandro Ribeiro, Marcos Paulo Cegatti e Wilians Mendes de Oliveira.

Estiveram presentes os assessores Adriano, Eric, Fábio, Marcelo, Mayella e Rafael.

Dando início à reunião, o vereador Wagner agradeceu a presença de todos e informou sobre os documentos entregues pela Secretaria de Negócios Jurídicos, bem como acerca da resposta apresentada pela referida Secretaria às requisições formuladas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na sequência, foi apresentada a manifestação da Secretaria de Negócios Jurídicos, na qual foi informado que, em razão da elevada demanda de trabalho e do atendimento integral prestado pela Secretaria, o cumprimento de todas as requisições da CPI poderia acarretar prejuízos à dinâmica administrativa. Destacou-se, ainda, a existência de pedidos idênticos e foi esclarecido que parte dos documentos requisitados, como estudos preliminares, pareceres técnicos, relatórios que fundamentaram a personalização, medições realizadas, pagamentos e informações sobre os integrantes da Comissão Gestora, já havia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido entregue, enquanto os demais documentos seriam encaminhados posteriormente pela Secretaria de Suprimentos.

O vereador Wagner abordou os apontamentos apresentados pela Secretaria de Negócios Jurídicos e ressaltou a necessidade de verificar a possibilidade de fornecimento da documentação em formato digital, além da versão física impressa. Destacou, ainda, que, diante da informação de que algumas solicitações já haviam sido atendidas, deveria ser realizada uma análise comparativa para verificar a existência ou não dos documentos mencionados. Reiterou que as futuras entregas poderiam ocorrer por meio digital ou por outras mídias eletrônicas.

O vereador Wilians colocou-se à disposição para auxiliar o Vereador Marcos na análise dos pedidos referentes à documentação, com o objetivo de priorizar os pontos mais relevantes, reforçando também a importância do envio dos documentos em formato digital.

O assessor Marcelo manifestou preocupação quanto ao elevado volume de documentos, em razão da grande quantidade de páginas, e questionou sobre a eventual contratação de empresas especializadas na área de engenharia ou, se necessário, na área tributária, indagando se seria possível realizar a análise de toda a documentação apresentada.

O vereador Wilians ressaltou a possibilidade de contratação de serviços especializados para análise técnica nas áreas de engenharia e tributária.

Posteriormente, os vereadores presentes discutiram a possibilidade de contratação de auxílio técnico nas áreas fiscal e tributária.

O vereador Marcos mencionou que a análise deveria concentrar-se nos principais pontos, de forma que as solicitações aos responsáveis fossem realizadas de maneira pontual e objetiva.

Após as discussões, os vereadores deliberaram que, a partir daquele momento, as solicitações de documentos deveriam ser formuladas de forma digital e de maneira pontual.

O assessor Adriano ressaltou que, em nenhum momento, foi solicitado que as documentações requisitadas fossem entregues exclusivamente em formato impresso.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

O vereador Wagner informou que já estavam sendo abordadas as atividades e os resultados desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O vereador Marcos relatou que alguns munícipes acreditavam que a Comissão resolveria as questões relacionadas às despesas decorrentes do IPTU.

O vereador Ernani informou que alguns munícipes já estavam buscando o Poder Judiciário para solucionar questões tributárias. Destacou, ainda, a complexidade do tema e a dificuldade de sua compreensão e atuação, ressaltando a necessidade de conhecimento técnico específico.

O vereador Wilians salientou que o maior problema relacionado ao pagamento do IPTU estava concentrado nas chácaras, glebas e terrenos de maior valor.

O vereador Marcos mencionou os lançamentos do IPTU realizados no Poupatempo e questionou de que forma os valores haviam sido lançados, bem como quem seria o responsável pelo procedimento, destacando que ainda existiam documentos pendentes no sistema do Poupatempo.

O vereador Ernani relatou que o principal responsável pelo lançamento das informações era a Secretaria de Tecnologia da Informação, juntamente com o Sr. Thomaz.

O vereador Marcos afirmou que a Prefeitura havia aumentado o endividamento dos munícipes.

O vereador Wilians informou que o maior impacto financeiro estava relacionado ao serviço de coleta de lixo no município.

O vereador Ernani destacou que o IPTU constitui importante indicador de receita do Município, sendo um dos principais critérios utilizados para o recebimento de verbas futuras. Em seguida, sugeriu a realização de palestras para esclarecimento da população sobre o tema.

O vereador Wagner salientou a importância da análise da minuta do projeto, visando comparar o conteúdo originalmente apresentado com aquilo que foi posteriormente alterado e efetivamente executado.

O vereador Ernani informou que a temática do IPTU não costuma ser recorrente nas discussões.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

O vereador Wagner lembrou que já haviam sido requisitados os nomes dos responsáveis e informou que, após o recebimento das respostas, os envolvidos seriam convocados para prestar oitivas. Ressaltou, ainda, o trabalho desenvolvido pelos assessores e afirmou acreditar que as principais informações necessárias estariam presentes na documentação do consórcio.

Na sequência, os vereadores passaram a discutir o envolvimento do SAAE. O assessor Marcelo relatou sua experiência como contratante e contratado, esclarecendo que empresas podem ser contratadas para executar atividades específicas e determinadas.

O vereador Wagner lembrou que o SAAE informou que os serviços não haviam sido executados, enquanto a empresa alegou que não lhe foi emitida a ordem de serviço necessária para o início das atividades.

O vereador Cinoê ressaltou a necessidade de ouvir os envolvidos para compreender os objetivos do contrato compartilhado e quais resultados eram esperados.

O vereador Wilians reforçou a importância de ouvir novamente os responsáveis do SAAE, com o objetivo de esclarecer as informações apresentadas tanto pela Autarquia quanto pela empresa contratada.

Foi abordado que o plano de trabalho ainda não havia sido apresentado para possibilitar a comparação entre os documentos e a verificação do cumprimento das obrigações solicitadas.

O assessor Adriano informou que o edital previa que a coleta de dados deveria ser realizada *in loco*, acrescentando que o plano de trabalho seria alterado. Esclareceu que o referido plano previa a realização da coleta de forma híbrida, modalidade que, segundo informou, não era aceita pela empresa.

Os vereadores discutiram as alterações promovidas, bem como as diferenças entre as disposições constantes no edital e no plano de trabalho.

O vereador Wilians ressaltou que eventual alteração no plano de trabalho deveria ocorrer com a ciência e concordância dos responsáveis competentes.

O assessor Marcelo relatou um caso em que atuou, no qual determinada alteração foi implementada mediante concordância de todos os envolvidos e responsáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Os vereadores Wilians e Marcos observaram que haviam sido apresentados termos aditivos, porém sem a correspondente justificativa.

O assessor Adriano reiterou que o edital estabelecia a realização da coleta de dados in loco, afirmando que o plano de trabalho não estava em conformidade com os critérios previstos no edital.

O vereador Wilians reforçou o entendimento de que a empresa não estaria executando os serviços conforme exigido no edital.

O vereador Wagner destacou a importância dos questionamentos relacionados às atividades desenvolvidas pela empresa que, em tese, não estariam sendo executadas em conformidade com as disposições do edital.

Ao final, ficou deliberado que o Sr. Evandro Trentin poderá ser convocado futuramente para prestar esclarecimentos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h32 min, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo vereador Wagner Ricardo Pereira.

Mogi Mirim, 17 de agosto de 2026.

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA
Vice-Presidente da Câmara Municipal